

REVISTA DE ANTROPOLOGIA

Vol. 21 (2ª parte)

1978

ARTIGOS

PRECONCEITO DE COR: DIVERSAS FORMAS, UM MESMO OBJETIVO

Estados Unidos, África e Brasil

Kabengele Munanga

(Universidade Nacional do Zaire, Lubumbashi)

Em seu livro "Preconceito e Racismo", James M. Jones define o preconceito como uma atitude negativa adotada por um grupo ou por uma pessoa, em relação a um outro grupo ou outra pessoa, baseada num processo de comparação social, segundo o qual o grupo de indivíduos julgador é considerado como ponto positivo de referência¹. Esta atitude negativa que o homem manifesta com respeito a outro pode estar situada em diversos domínios: raça, religião, profissão, sexo, idade, região, filiação política, educação, *status* sócio-econômico etc. Atitudes negativas baseadas na cor da pele ou em diferenças biológicas, reais ou imaginárias, constituem o "preconceito de cor" ou "raça".

Muito interessante é observar que esse preconceito que é como que psicologicamente inato no homem, ao invés de desaparecer numa situação de contacto entre grupos raciais diferentes, pelo contrário, tem tendência de se agravar, assumindo formas de comportamentos variados, dos mais violentos aos mais paternalistas. Uma literatura abundante consagrada a este problem mostra que fundamentalmente existe uma ideologia de exploração, que suporta e explica todo comportamento "racista". A Alemanha nazista é um dos mais expressivos exemplos.

Neste pequeno artigo estamos preocupados com o preconceito de cor entre brancos e negros nas três áreas de relações interracialis seguintes: os Estados Unidos da América, a África colonial e o Brasil.

Diversos autores, mais competentes que nós, estudaram e analisaram este problema em todas as suas facetas e meandros. O que nos propomos fazer é simplesmente colocar em evidência, a partir da literatura existente, os elementos característicos do preconceito de cor nas três áreas citadas.

Se a ideologia que explica o preconceito é totalmente a mesma nas três áreas, as formas de comportamento e as maneiras de reagir dos elementos envolvidos (discriminadores e discriminados) são diferentes segundo as especificidades históricas e sociais de cada área.

A partir de alguns estudos empíricos, podemos esquematizar da seguinte maneira o problema geral do preconceito de cor. De início, as atitudes preconceituosas são quase psicológicas. Quando brancos e pretos entram em contacto, mais ou menos permanente, estas atitudes se desenvolvem em comportamentos negativos dos primeiros contra os segundos. A discriminação é a expressão mais conhecida destes comportamentos. Ela pode ser feita de maneira violenta ou suave, clara ou sutilmente. Tanto num caso como no outro, o elemento discriminador, isto é, o branco, tenta justificar e legitimar seu comportamento. Ele chega a criar todo um conjunto de representações coletivas, imagens míticas e idéias estereotipadas sobre o negro. Este é inferiorizado e desumanizado física, moral e intelectualmente. Esta legitimação é apoiada por e em certas correntes científicas. Assim, Spix e Martius em suas viagens pelas terras do Brasil, foram levados a concluir que o europeu é superior aos homens de cor pela intensidade do fluxo nervoso e domina as outras raças de maneira específica somática e psicologicamente². Gobineau afirma que à imensa superioridade dos brancos no domínio completo da inteligência se associa uma inferioridade não menos acentuada no domínio das sensações³. Mas mesmo nesse domínio, exatamente o das relações sensuais, os comentários dizem que se o negro é superior ao branco, o é porque está ainda mais próximo da natureza e do animal. A antropologia tradicional, principalmente o evolucionismo linear influenciado pelas idéias de Darwin, emitiu os mesmos pressupostos etnocêntricos⁴.

Num esforço de legitimar sua atitude, o branco aponta a alienação do negro. Deste modo, o negro acaba por aceitar a imagem negativa que lhe é forjada pelo branco. O negro acaba por considerar esta discriminação, da qual ele é objeto, como fazendo parte da ordem natural e normal das coisas e do mundo. Ele se nega totalmente como valor humano e aceita a inferioridade que lhe é imposta. Mas, para sair desta inferioridade, o negro, ainda que alienado, projeta sua salvação numa ideologia de branqueamento. Mas será que o outro o deixará facilmente se branquear? Nós pensamos que não. Uma das conseqüências nefastas desta alienação é a perda da consciência pelo negro de seus verdadeiros problemas, de onde as dificuldades de se organizar, seja pela reabilitação de suas qualidades como pessoa humana, seja para o benefício de seus direitos econômicos e jurídico-políticos necessários a sua integração e a sua ascensão social. Em benefício do branco, o negro é alienado tanto no produto e forma de seu trabalho como na sua pessoa. Para isto, o sistema econômico e sócio-cultural que produziu o escravo, produziu também a maneira de produzir escravos biológica e socialmente. Desta forma, o filho do senhor era educado para que se tornasse

também senhor e no mesmo sentido criava-se o filho do escravo, na consciência de que ele tinha de continuar escravo⁵. O branco não apenas idealizou esta imagem negativa do negro, mas mais grave que isto foi o fato de haver criado condições de vida e opções que obrigam o negro a agir ou a se comportar de conformidade com esta imagem criada⁶.

A primeira tentativa do negro, ainda que alienado, é a de trocar de condição, pela troca da pele, isto é, assemelhando-se ao branco prestigiado. E os dois componentes desta tentativa de liberação estão estreitamente ligados: o amor pelo branco é subtendido num complexo de sentimentos que vão da vergonha ao ódio de si⁷. É neste esforço de querer se parecer com o branco que o negro descobre a realidade: o branco não vai deixá-lo parecer-se com ele. O negro compreende então que a verdadeira solução de seus problemas não consiste em macaquear o branco, mas em lutar para quebrar as barreiras sociais que o impedem de se integrar. Assiste-se agora a uma mudança de termos. Abandonada a assimilação, a liberação do negro deve se efetuar pela reconquista de si e de uma dignidade autônoma. O impulso para alcançar o branco exigia ao extremo a recusa de si; a recusa ao branco será o prelúdio indispensável à retomada de si. É preciso se desembaraçar desta imagem acusatória e destruidora; é preciso atacar de frente a opressão já que é impossível contorná-la. Depois de ter sido por muito tempo recusado pelo branco, o dia é chegado quando será o negro a recusar o branco. Esta última forma de luta terá duas correntes opostas no modo de proceder, mas ligadas aos objetivos que dela se esperam. A primeira tendência será a dos negros moderados, que pensam poder recuperar seus direitos humanos, econômicos e jurídico-políticos num esforço de integração à vida e à cultura comuns compartilhadas pelos seus compatriotas brancos. Eles querem obrigar o branco a aceitar viver com os negros, sem manifestar seus sentimentos e comportamentos baseados em preconceitos. A segunda tendência, radical e extremista, reclama ruptura total e não compromisso com seus compatriotas brancos. Durante muito tempo tratados discriminatoriamente pelos racistas brancos, os negros acabaram por aceitar o desenvolvimento da ideologia da "negritude" e pensar que esta é a única via possível de recobrar seus direitos. Mas, este racismo do negro não é nem biológico nem metafísico, mas social e histórico. Não é baseado na crença da inferioridade do grupo detestado, mas na convicção, e em grande medida na constatação, de que ele é decisivamente agressor e nocivo. Se o racismo do branco é um racismo de agressão, este do negro é antes, de defesa⁸.

Este esquema geral, quer dizer as atitudes de preconceito, o desenvolvimento de estereótipos, o comportamento racista, a alienação dos negros, a formação ou não formação da consciência dos negros, a resposta dos negros etc., se apresenta *mutatis mutandis* em cada uma das três áreas de interação racial consideradas, mas com particularidades que são características de cada situação.

Nos Estados Unidos da América, as relações entre brancos e negros ao nível de indivíduos são abertamente hostis, sobretudo nos Estados do Sul. Aqui foi estabelecida uma linha de separação racial entre os dois blocos raciais importantes. Realmente, os negros são discriminados nos hotéis, nos transportes coletivos, nos teatros, nas escolas, nos quarterões residenciais, no mercado de trabalho, etc. Toda tentativa para modificar esta linha de separação racial provoca distúrbios públicos: linchamentos, combates e outras barbaridades. Esta violência por parte dos brancos nos Estados Unidos não tem certamente conseguido alienar os negros, mas, pelo contrário, lhes permitiu ter uma consciência mais elevada de seus problemas. Consciência que está calcada em dupla proposta: de uma parte, na luta por seus direitos humanos de cidadão americano, por sua integração e participação na vida e na cultura comuns; de outro lado, na separação total entre brancos e negros, mas separação com igualdade de direitos. É esta segunda tendência que vamos qualificar de racismo sócio-histórico e defensivo. Toda esta esfera de relações hostis entre pessoas (brancos e negros), enquanto indivíduos se constitui no que James M. Jones chama "racismo individual"⁹.

O negro discriminado ao nível de relações individuais teria podido se recuperar parcialmente ao nível institucional, quer dizer, ao nível do emprego, do direito, da saúde, da economia, da educação, da política e da habitação. Mas, infelizmente, nesse nível também se vê rejeitado, porque na sociedade americana caracterizada pela livre empresa sem responsabilidade social, a instituição releva geralmente a iniciativa privada. De onde o prolongamento ao nível institucional da mesma discriminação que o negro sofre ao nível de suas relações individuais com o branco. Esta segunda esfera de relações negativas que o negro encontra ao nível das instituições constitui o que James M. Jones chama "racismo constitucional"¹⁰.

O domínio cultural é outra esfera de discriminação racial, que se desenvolve sobretudo a partir do etnocentrismo. O branco, tomando como ponto de referência sua própria cultura, a qual considera como estando no último degrau do desenvolvimento em comparação com a do negro, ainda balbuciante, tem aceito, entre outros, como elementos positivos, desta cultura, a "música" do negro. De outra parte, ele afirma que a única coisa positiva que o negro possui é sua "música", que lhe vem do sangue. Esta música, que no tempo do escravismo tinha outro significado para o negro, o de exprimir seus lamentos e sua condição de escravo, mudou de tom depois da libertação. Industrializada esta música, constituirá um dos raros meios que permitem ao negro realizar-se individualmente. É sob este aspecto que o negro norte-americano, tanto como brasileiro, teve que aceitar o estereótipo desenvolvido pelo branco a propósito de sua musicalidade e de sua voz¹¹. Mas, ele não está parado nesta musicalidade e organiza sua luta para encontrar os outros direitos que lhe são negados.

Na África colonial, as relações entre o negro colonizado e o branco colonizador têm sido semelhantes a estas que governam o comportamento

do senhor e do escravo na América escravista. Nessas relações de dominação e de subordinação, o negro escravo-objeto tinha apenas deveres, nunca direitos. Discriminados em todos os planos, submetidos a trabalhos forçados, ridicularizados, despojados de suas boas terras, de suas minas e outros recursos, despojados de sua cultura, o negro dominado tem, desde os primeiros tempos, digerido sem violência estes maus tratos de que tem sido objeto. O racismo individual do branco colonizador tem sido muito forte, tão forte quanto o dos Estados Unidos da América. Mas, com este particular, que não há esta violência que caracteriza o branco norte-americano, por causa justamente da relação de dominação e de submissão que existe entre o colonizador e o colonizado.

O negro africano colonizado não era considerado cidadão livre como o negro norte-americano. Ele era um "dependente". O objeto fundamental da empresa colonial era a exploração econômica sob todas suas formas. O colonizador achava que para melhor explorar o negro, precisava rechaçá-lo do circuito histórico, do social, do cultural e do técnico¹². Sob este ângulo, o colonizador criava a imagem do negro débil e preguiçoso numa insinuação para aquele que o empregasse, de trabalhador pouco rentável, o que autorizava salários inacreditavelmente baixos, más condições de trabalho e falta de segurança social.

O negro africano, ao se libertar do jugo colonial, não conseguiu ao mesmo tempo, se desembaraçar da falsa imagem, do estereótipo que havia aceitado durante a alienação colonial. Até os dias atuais o africano médio continua a mimar o branco, que ele toma como ponto de referência, como modelo a seguir. Alguns exemplos tomados ao acaso podem servir para ilustrar o grau de alienação do africano moderno e independente. Ele não está satisfeito com suas características somáticas e aceita a imagem do colonizador segundo o qual o negro é feio pela cor de sua pele e pelos seus cabelos crespos, seus lábios grossos alargados e seu nariz largo e chato. O negro africano branqueia a pele utilizando produtos químicos fabricados pelo branco e assim pode-se dizer que mesmo o complexo de inferioridade do negro em relação a seu físico já se industrializou. Na República do Zaire, os cremes para branquear foram popularizados sobretudo depois da independência do país. Alguns países africanos independentes têm autorizado no seu Território Nacional a instalação de indústrias que fabricam tais produtos. Os governos de certos países têm tomado medidas interditando a importação e a venda desses produtos. Mas infelizmente contra a decisão da autoridade se instaurou um comércio clandestino desses produtos. A mulher negra continua a usar peruca e a alisar os cabelos para se parecer com a branca, que é o ponto de referência da beleza humana. Em países onde a autoridade pública conseguiu banir a peruca, resiste de cá e de lá o creme cosmético e o pente de alisar, especialmente fabricados para os cabelos das mulheres negras. Se o negro africano não conseguiu reduzir o volume de seus lábios e modificar a forma de seu nariz é porque ele não possui os meios econômicos, pois são muito onerosas as taxas da medicina

“estética”. Além disso, algumas vezes tivemos a oportunidade de ouvir pessoas negras se gabarem publicamente (entre famílias bem sucedidas) de terem lábios finos e nariz proeminente como os brancos.

O negro africano num esforço de consolação chega até a esquecer seus verdadeiros problemas, tal é a sua vontade de parecer-se com o antigo colonizador. Ele prefere comer mal e gastar o salário do mês na compra de um costume importado da Europa, a fim de melhor aparecer em público. Quando éramos estudantes na Faculdade, os jovens colegas que não tinham seu *blazer* e sua gravatinha, sentiam-se muito infelizes. Eles se diziam seguidores de Marx e Engels, mas quando recebiam de seus pais algum dinheiro, deixavam de comprar livros de Marx e Engels para adquirir seu *blazer*. O negro africano prefere o grande carro alemão, francês ou americano, unicamente por seu prestígio social (porque exteriormente será admirado e chamado patrão, como se chama ao colonizador. Mas apenas Deus sabe o que significa “patrão!”). Assim fazendo, não pensa nos verdadeiros problemas de seus pais. Se faz parte daqueles que se dizem “intelectuais da esquerda”, ele falará seguidamente da “verdadeira evolução” nos seus círculos privados de amigos, mas não colocará jamais a questão de saber se seu pensamento de “revolucionário” e seus “atos” não são contraditórios. Oportunismo ou alienação inconsciente? As duas coisas são possíveis.

Culturamente também, o que se diz intelectual se mostra mais alienado do que seus compatriotas operários ou aldeões. Isto se explica porque o contacto com o colonizador foi mais estreito com ele do que com estes outros. Ele estudou no sistema de pensamento e de filosofia europeu, sistema através do qual se processou sua alienação. Ele teve a oportunidade de viajar para a Europa, de estudar e de aí possuir uma “mulher”. Assim, no máximo de conforto baseado nos objetos de luxo importados da Europa (os economistas sabem como tal importação pesa sobre a economia de um jovem país subdesenvolvido), o intelectual alienado recusará sua língua. Na sua casa, com sua mulher e filhos ele prefere falar francês ou inglês. Mais refinado ainda, ele enviará seus filhos desde pequenos à Europa ou aos Estados Unidos da América para lhes permitir começar sem atraso a prática da língua francesa ou inglesa. Serão os belgas, os franceses ou os ingleses que educarão seus filhos, alienando-os totalmente para que eles se assemelhem a seus pais. Mas, e as crianças dos outros? Estas ficam no país, saudando a bandeira nacional pela manhã e cantando o hino da Nação.

Conhece-se o resto!!!

É suficiente que alguém tenha estado dois anos nos Estados Unidos ou em Londres para preparar um mestrado ou doutorado, e quando volta ao seu país mesmo o famoso “francês” não vale mais nada. Cidadã e cidadão falarão daqui por diante em “inglês”, para que seus filhos (são eles que o dizem) não esqueçam a prática do inglês. Mas sua língua materna, as crianças não a conhecem. O inglês é mais importante para as relações mun-

danas, a documentação científica etc. será a desculpa dada. Mesmo sua música não vale nada, porque o colonizador lhes assegurou que ela era desordenada e semelhante a miados de gato. Sua discoteca é totalmente feita de música estrangeira. Alguns chegam até a dizer que os discos nacionais prejudicam seus aparelhos de som. Nós não condenamos o fato de ouvir a música universal, mas recusar totalmente sua própria música é aceitar o preconceito criado pelo colonizador, será alienação pura e simples. Pode-se estender estes exemplos aos domínios os mais variados e demonstrar mesmo que algumas vezes o que nós acreditamos ser "autenticamente" africano não é outra coisa que elementos da civilização européia integrados e interiorizados pela força da alienação.

Em relação ao plano político, fala-se seguidamente de neocolonialismo. Mas é na pessoa do africano alienado, que pensa nada poder fazer para si mesmo sem o auxílio de seus mestres de pensamento, que este neocolonialismo edificou seu domicílio.

Como encaminhar a luta contra esta especificidade de alienação do negro africano? Não iremos tratar aqui deste problema complicado e complexo. Mas desde já poderemos adiantar que uma educação de massas através de lutas ideológicas deverá preceder toda decisão política antecipada. Decisão imposta pela autoridade não será suficiente para modificar um antigo hábito, porque pode ser facilmente contornada, como tem acontecido a propósito do comércio clandestino de produtos químicos para branquear. Mas uma educação, desde que seja bem pensada, pode dar resultados bem mais positivos.

No Brasil atual, as atitudes de preconceito e de imagens estereotipadas são tão fortes como a das outras áreas analisadas. Mas é ao nível do comportamento que a diferença parece notável. Além disso, individualmente não se observa no Brasil atual a hostilidade e a violência que caracterizam as relações entre brancos e negros dos Estados Unidos da América. O branco brasileiro, ao invés de ser brutal ou hostil com seu compatriota negro, ao contrário, é antes caridoso e paternalista. Ele se toma de piedade pelo negro e o trata com doçura e ternura. Ao invés de o chamar "negro", prefere dizer "crioulo", porque é mais "carinhoso" (é mais terno). Mas por que esta piedade e esta ternura que ele manifesta ao seu compatriota de pele negra? Este tratamento confunde o negro e o torna menos consciente de seus problemas. Alienado, ele pensa que o branco é muito gentil com ele, porque lhe proporciona respeitos que ele não merece, de onde a inconsciência, a falta de organização para uma luta ao nível de grupo e ascensão individual. Como diz Teófilo de Queiroz Junior, pode-se explicar esta doçura paternalista do branco brasileiro evocando as duas características da boa educação do brasileiro: de um lado oposição à miscigenação e de outro a abstenção de tensões raciais e de atitudes abertas de preconceito. Tudo isto, certamente sustentado oficialmente por uma "democracia racial" declarada¹³,

Outra característica do Brasil é a que Oracy Nogueira chama “preconceito de marca”, contrariamente ao que ocorre nos Estados Unidos da América, onde aparece o “preconceito de origem”. No Brasil, quando mais a pele é clara e se aproxima da do branco, menos o preconceito pesa; enquanto nos Estados Unidos, mesmo se aparentemente alguém tem todas as características do branco, ele é considerado como negro e discriminado, a partir do momento que se sabe que há um ascendente negro na genealogia da pessoa em questão¹⁴. Este preconceito de marca pode ser explicado a partir da miscigenação, resultante de uniões entre senhores e escravos. “O mulato é um *negro* e, portanto, um *inferior*, mas, ao mesmo tempo, é um negro privilegiado. Admitida a ideologia do branqueamento, o mulato já representa um passo no sentido da “redenção” da raça pelo seu aniquilamento. Socialmente, também, as oportunidades de êxito do mulato na aventura da ascensão eram maiores porque, como se sabe, o pai branco ajudou muitas vezes a carreira do seu filho mestiço. Por essas razões os mulatos, mais que os negros, podiam tentar ‘escapar’ com maiores chances da condição de negro.”¹⁵

Mas nós não alimentamos ilusões, porque o negro assim tratado, com caridade e doçura no nível de relações de pessoa para pessoa, não o será no nível das instituições. Com efeito, é nestas últimas que o preconceito de cor, disfarçado nas relações individuais, transparece sem ambigüidade. O negro é recusado no mercado de trabalho¹⁶. Expulso dos centros de produção, ele tem tendência a se marginalizar. A este propósito, Clóvis Moura observou que 8% dos negros são originários das favelas, que mais ou menos 70% são analfabetos e que a mortalidade aí é tão elevada que ameaça a existência dos negros como grupo racial no Brasil¹⁷. Segundo Borges Pereira, nos lugares onde o negro individualmente consegue penetrar, sua mobilidade social é mais restrita; seu trabalho se limita a algumas tarefas bem específicas e especificadas, que não demandam muita inteligência e senso de responsabilidade¹⁸, já que o tomam como sem inteligência ou consideram que toda a sua inteligência se resume na musicalidade que ele tem contida no sangue. Então, como confiar postos de responsabilidade a um ser sem consciência, sem inteligência, sem iniciativa e sem senso de organização?¹⁹. A partir daqui se pode compreender a ausência quase total de negros brasileiros em todas as instituições. Certamente, se dirá que existe já uma classe média de negros, o que representa progresso e tomada de consciência do negro brasileiro. É nossa opinião que isto seria uma tomada de consciência ao nível individual e não ao nível do grupo racial negro na sua globalidade como nos Estados Unidos da América. Estes poucos indivíduos negros fazem parte da classe média, estabelecida graças a lutas individuais e baseada sobre uma ideologia de “compromisso”; alguns dentre eles, alienados, estão em busca da técnica do “branqueamento”. Como explicar que, depois de tantos anos da libertação (89 anos), o negro brasileiro não tenha chegado a uma forma de consciência bastante elaborada e a formas de lutas apropriadas? É porque o branco não lhe permite for-

mar esta consciência. Pela força da alienação e através de sutilezas como o paternalismo e a caridade, a sociedade branca procura evitar atitudes abertas de preconceito e de tensões sociais. Outro fator não menos importante, ainda ligado à tática do branco, é a falta de instrução. Diz-se que mais de 70% dos negros brasileiros são analfabetos, o que o impede de compreender o mecanismo da discriminação, mesmo àqueles sabedores e conscientes de maneira vaga do que eles sofrem. Este mecanismo poderia lhe ser explicado pela pequena elite intelectual negra que faz parte da classe média, mas infelizmente esta pequena elite não é solidária com seus irmãos pobres e marginalizados. A falta de solidariedade no grupo negro vem também dos mulatos, que, graças ao preconceito de marca, são mais favorecidos que os outros negros mais escuros. Como se pode verificar, toda esta divisão — pequeno número de negros na classe média, de um lado; mulatos de outro; e todos os pobres (mulatos e negros) marginalizados — não favorece a formação de uma verdadeira consciência de grupo e de raça.

NOTAS

- 1) James M. Jones, *Racismo e Preconceito*, trad. de Dante Moreira Leite, Edgard Blücher e EDUSP, 1973, p. 3.
- 2) O. Ianni, *As Metamorfoses do Escravo*, Difusão Européia do livro, São Paulo, 1962, p. 245.
- 3) V. as críticas feitas: citado por O. Ianni, *op. cit.* p. 245.
- 4) Jean Copans, *Critiques et Politiques de l'Anthropologie*, Ed. Maspero, Paris, 1974.
- 5) O. Ianni, *op. cit.*, pp. 236-237.
- 6) F. Henrique Cardoso, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1962, p. 282.
- 7) A. Memmi, *Portrait du Colonisé précédé du Portrait du Colonisateur*, Paris, 1957, p. 116.
- 8) A. Memmi, *op. cit.*, p. 171.
- 9) James M. Jones, *op. cit.*, p. 4, 24, 105-115.
- 10) James M. Jones, *op. cit.*, pp. 115-132.
- 11) João Baptista Borges Pereira, *Cor, Profissão e Mobilidade, O Negro e o Rádio de São Paulo*. Pioneira — EDUSP, São Paulo, 1967.
- 12) A. Memmi, *op. cit.*, p. 130.
- 13) Teófilo de Queiroz Júnior, *Preconceito de Cor e a Mulata na Literatura Brasileira*, Ática, São Paulo 1975, p. 121.
- 14) Oracy Nogueira, citado por Teófilo de Queiroz Jr., *op. cit.*, p. 79.
- 15) Fernando H. Cardoso, *op. cit.*, p. 301.
- 16) Consultar: Florestan Fernandes, *O Negro no Mundo dos Brancos*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1972; — O. Ianni, *Raças e Classes sociais no Brasil*, Civilização Brasileira, 2a. ed., São Paulo, 1972; — João Baptista Borges Pereira, *op. cit.*, São Paulo, 1967.
- 17) Clóvis Moura, Folha de São Paulo, 13 de maio de 1977.
- 18) João Baptista Borges Pereira, *op. cit.*, pp. 153 e ss.
- 19) João Baptista Borges Pereira, *Ibid.*

